

Resenha bibliográfica

A moratória soberana

Portela Filho, Petrônio. *A moratória soberana*. São Paulo, Alfa-Omega, 1988. 277 p.

ALOISIO BARBOZA DE ARAÚJO*

O volume em epígrafe origina-se de tese de doutoramento submetida pelo autor ao Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em setembro de 1987. Segundo nos informa o autor, é uma adaptação em que "o economês foi traduzido" (p. 11).

Trata-se de alentado levantamento em que se narram as origens da chamada crise da dívida, remontando-se ao imediato pós-guerra e à implantação da nova ordem financeira, consubstanciada nos acordos de Bretton Woods, e consagrando a hegemonia norte-americana e de sua moeda. Este é o conteúdo do primeiro capítulo, que prossegue, por vezes num tom emocional, até o ano de 1987.

No segundo capítulo, discutem-se os aspectos mais relevantes das chamadas renegociações técnicas, concluindo-se pela falência desses procedimentos, bem como de sua artificialidade, destinada sobretudo a manter uma "aparência de normalidade" no mercado (p. 95). Conclui ainda pelo inegável desgaste da política intervencionista da Casa Branca. O capítulo é também enriquecido por algumas informações sobre a situação econômica do Brasil e da América Latina, após a crise da dívida e as inúmeras renegociações. Embora o tema seja tratado algo superficialmente, os indicadores demonstram que o ônus que tem sido pago não só não restituiu a credibilidade externa como fez desacelerar fortemente a trajetória de crescimento da região. Tornou-se lugar comum falar em década perdida, a respeito dos anos 80.

Pode-se dizer que a conclusão parcial destes dois primeiros capítulos é relativa à inconveniência da postura temporizadora dos países devedores, que lhes tem trazido mais danos do que benefícios, além de não se vislumbrar, sequer a médio prazo, um alívio efetivo nos problemas cambiais.

Por outro lado, se é quase unânime o reconhecimento de que o *muddlin-through* de nada adiantou, o mesmo não ocorre com as eventuais modalida-

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

des de confrontação com os bancos credores. Este é o conteúdo dos Capítulos 3 – que discute a alternativa da moratória soberana – e 4 – onde se avaliam as possibilidades de retaliações dos credores e eventuais sanções legais. No que tange ao primeiro aspecto, o autor declara-se a favor de uma moratória (auto-intitulada realista), que deve situar-se “entre os extremos da capitulação mexicana e do radicalismo cubano” (p. 183). Esta proposta de moratória é descrita com certa minúcia, restando, contudo, o problema de sua exequibilidade. O Peru é citado como um bom exemplo (pp. 169-71), mas infelizmente o autor não registra os problemas da economia peruana em 1988 e 1989, já que a tese foi escrita antes, nem tampouco se refere à sua tentativa de retorno à execrável tutela do FMI e, algo ingenuamente, aponta para o crescimento recorde do país em 1986, graças à “estratégia de crescer para o mercado interno” (p. 170). Conhece-se o brilho fugaz dos *choques* com forte conteúdo populista, sendo por isso lamentável o histórico das experiências antiinflacionárias na América Latina nesta década.

No tocante ao segundo aspecto, o autor conclui por uma certa irrelevância das eventuais sanções e julga serem inaplicáveis medidas mais fortemente prejudiciais aos governos e países em *default*. Crê ainda que os demais países desenvolvidos não acompanhariam os Estados Unidos em suas posições mais inflexíveis: tratar-se-ia de uma “neutralidade indiferente” (p. 232), o que resta ser comprovado.

Tem-se, em suma, um trabalho sério e minucioso em que se procura analisar a questão da dívida em seus inúmeros aspectos, e sob o ângulo de um grande devedor, como o Brasil. O resultado, porém, não é inteiramente satisfatório, basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, a questão da dívida, além de complexa, é bastante dinâmica: por vezes, algo que fora saudado como grande avanço há alguns anos é tido hoje como medida corriqueira, ou às vezes inconveniente, como no caso das conversões. Por outro lado, foram freqüentes as situações em que se julgava estar, pelo menos parcialmente, solucionado o problema da dívida e anteriormente verificar-se que se tratava de uma falsa impressão. Nesse sentido, e sem paradoxo algum, pode-se dizer que um trabalho concluído há três anos é fatalmente desatualizado, como o exemplo do Peru, acima citado, demonstra cabalmente. Em segundo lugar, o autor deixa que, freqüentemente, a emoção ceda lugar à razão e as opiniões prevaleçam sobre os fatos. O tom opiniático, aliás, é quase sempre desnecessário. Na página 81, por exemplo, somos informados de que William Cline é um autor de tendência ultraconservadora.

Esta característica do texto conduz naturalmente a um certo simplismo na análise, que se verifica, por exemplo, no tocante às funções do FMI (pp. 85-9), descrito como um mero apêndice do governo norte-americano e cujo receituário antiinflacionário é tratado bastante perfunctoriamente (p. 101). Este receituário, contudo, nem sempre é ineficaz, não obstante os custos sociais dele decorrentes. Vários autores argumentam, aliás, que as condicionalidades do FMI são mais consistentes do que as do Banco Mundial,

excessivamente abrangentes, e nem sempre com objetivos precisamente definidos.¹

O simplismo manifesta-se também numa certa postura antiamericana *à outrance*, em que se introduzem conceitos inéditos na literatura. Diz o autor, por exemplo, que há uma linhagem de "banqueiros sérios, avessos ... aos vícios do Euromercado, e que são constantemente pressionados pelo Federal Reserve" (p. 94). Na realidade, tem-se aí um conflito de interesses entre os grandes bancos norte-americanos e os de atuação regional e de menor porte, e não um embate ético.

Em suma, trata-se de colaboração útil, na medida em que vem engrossar o coro de vozes que proclamam a falência do *muddling through*, mas seria mais eficaz se não tivesse sucumbido a um emocionalismo desnecessário.

¹ Cf. Bacha, E., e Feinberg, R. O Banco Mundial e o ajustamento estrutural na América Latina. In: Bacha, E., e Mendoza, M., orgs. *Recessão ou Crescimento: o FMI e o Banco Mundial na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.